



GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):

Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas

Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização

Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

A retomada da perspectiva integracionista em discursos e práticas governamentais sobre os terena no contexto atual

Autoria: Victor Ferri Mauro (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Esta comunicação analisa a retomada no momento atual de uma perspectiva integracionista, etnocêntrica e autoritária acerca do tratamento conferido aos povos indígenas - com enfoque especial nos Terena - em práticas e discursos de autoridades do governo brasileiro que estiveram fortemente presentes nos tempos da ditadura militar (1964-1985) e que haviam sido quase que completamente superados após a Constituição de 1988, que convalidou uma série de garantias que fortaleceram a autonomia dos grupos originários. As consequências práticas imediatas e potenciais e as reações do movimento indígena ao ressurgimento de concepções retrógradas de indigenismo são aqui abordadas por uma perspectiva crítica em que contexto passado e presente são comparados. Recorreremos basicamente a fontes bibliográficas - livros, artigos, teses e



sobretudo reportagens jornalísticas ? para o levantamento de informações. A orientação das políticas indigenista e ambiental do novo governo preocupa ativistas indígenas, segmentos da sociedade civil organizada, operadores do direito, agentes políticos e servidores públicos, que vêm manifestando repúdio à truculência e à falta de transparência no modus operandi dos gestores governamentais e têm expresso receio quanto a potenciais danos irreversíveis que podem se suceder aos costumes, tradições, organização social, territórios, autodeterminação e bem-estar social dos nativos. O povo Terena, por ser considerado em estágio avançado de integração à sociedade nacional segundo a ideologia dos que estão no poder, historicamente sofre pressões por parte do Estado para acatar políticas de intervenção que não contemplam expectativas e interesses da maior parte dessa coletividade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: